INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHA VIVA

Nº 1380 - 19 de outubro de 2017

·IMPRESSO·

Sirizão CONDENADO

DENÚNCIA DO LINHA VIVA VIRA CONDENAÇÃO NO CASO DO BALAIO DE SIRIS

PALESTRA

Mercado palestrando na Celesc?

FINANCIAMENTO

Luta pelo Financiamento do BID ainda não encerrou

PRIVATIZAÇÕES

Privataria x Soberania nacional: uma luta desigual

CELESC

SIRIZÃO CONDENADO PELO TCE

Denúncia do Linha Viva vira condenação no caso do Balaio de Siri

Em 2011, uma denúncia publicada pelo jornal Linha Viva desvendava uma quadrilha que fraudava serviços emergenciais, recebendo por serviços nunca realizados nas Agências Regionais de Joinville, Florianópolis, Rio do Sul e Criciúma. O "balaio de siri" rendeu mais denúncias, envolvendo sempre os mesmos indivíduos e várias empresas de fachada. Complementando o trabalho, a Intercel encaminhou as provas para que o Ministério Público, DEIC e Auditoria da Celesc investigassem as denúncias.

Em 2016 houve o primeiro desdobramento, com a prisão de alguns dos envolvidos em uma operação da Polícia Federal. Nela, foram presos Antônio dos Santos e Arthur da Rosa Santos, indicados como chefes da quadrilha que atuava na Celesc. Enquanto Antônio já havia saído da empresa em um plano de demissão, Arthur da Rosa Santos, que também era vereador em Pescaria Brava, foi demitido da Celesc.

Agora, em 2017, um novo desdobramento resultou na condenação de envolvidos no balaio de siri pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Segundo divulgado pelo próprio Tribunal, Antônio dos Santos e Eduardo Sitônio e as empresas Joka Comércio de Serviços LTDA e QI Centro de Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda foram condenados a ressarcir a Celesc em aproximadamente R$ 5,9 milhões. Antônio dos Santos era assitente da Diretoria Técnica enquanto Sitônio era Diretor. Segundo o relator do caso, o auditor substituto de conselheiro Cleber Muniz Gavi, "despeito de todas as falhas, omissões e irregularidades no processamento das despesas (inclusive considerando os normativos internos da Celesc), na Diretoria Técnica da empresa um ou outro (ou ambos em alguns casos) atestava a legalidade das despesas, o que constituía condição para o pagamento dos valores constantes das notas fiscais". Os condenados terão 30 dias para ressarcir a Celesc - com valores a serem atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais - ou apresentar recurso junto à Corte de Contas.

"A condenação proferida pelo Tribunal de Contas do Estado é fruto indiscutível do trabalho dos sindicatos da Intercel, através das denúncias do Linha Viva no caso do Balaio de Siri"

A condenação proferida pelo TCE é fruto indiscutível do trabalho dos sindicatos da Intercel, através das denúncias do Linha Viva. Para as entidades sindicais, defender a Celesc Pública é também fiscalizar os atos dos agentes públicos e coibir a má utilização do bem público. As entidades sindicais reafirmam a postura combativa para que ninguém manche a imagem dos trabalhadores e a história da Celesc Pública, motor do desenvolvimento de nosso Estado.

CELESC

MERCADO PALESTRANDO NA CELESC

Claudio Gonçalez reproduz discurso de mercado para celesquianos

Defender as "reformas" do governo Temer e o retorno das privatizações é um contrasenso para qualquer trabalhador de empresa pública neste país. Ouvir qualquer um defender estas questões causa revolta nos trabalhadores. Por isso, vários celesquianos questionaram a contratação do economista Claudio Gonçalez para palestrar na empresa. Contratado para a realização de 10 palestras, Gonçalez reverbera as ideias de mercado para os celesquianos, as mesmas que consideram o custo dos trabalhadores muito alto e que basearam a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho com a Reforma Trabalhista. As mesmas, também, que enxergam a retomada das privatizações no Setor Elétrico como uma grande oportunidade de negócios.

Analisar a macroeconomia e a política de mercado, como explicita o contrato, não quer dizer, necessariamente, reproduzir um discurso amplamente contrário às empresas públicas. Sendo assim, o discurso de mercado vai na contramão, inclusive, das posições da Diretoria da empresa, que tem sistematicamente se posicionado contra a privatização. Dessa forma, a falta de critério na contratação de um palestrante, transforma uma boa iniciativa em uma péssima ação. Se a diretoria é realmente a favor da empresa pública, por que ao invés de reforçar o discurso mercadológico não se dispõe a fortalecer a iniciativa de um projeto popular de soberania energética, que enxergue a energia como um bem público, e não como mera mercadoria?

CELESC

LUTA PELO BID AINDA NÃO ENCERROU

Deputados Estaduais manifestam-se contra alienação do patrimônio público

Após uma longa luta, com ampla mobilização dos trabalhadores e ocupação dos corredores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), o financimamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a Celesc foi aprovado pelos Deputados Estaduais. O projeto de lei já foi, inclusive, sancionado pelo Governado do Estado. Mas, mesmo assim, o negócio corre risco de não acontecer e, novamente, a mobilização dos trabalhadores é necessária.

Uma emenda que descreve a responsabilidade do Estado em caso de não pagamento do financiamento é necessária para a conclusão do contrato com o BID e também tem que ser aprovada pelos deputados catarinenses. O trâmite é o mesmo do projeto de lei, ou seja, a emenda deve passar primeiro pelas comissões para depois ser apresentada e votada no plenário.

Nesta terça-feira, dia 17, dirigentes sindicais da Intercel e trabalhadores da Celesc estiveram na Comissão de Constituição e Justiça, onde a emenda de autoria do Deputado Darcy de Matos (PSD) seria apresentada. Entretanto, a preocupação com uma possível inconstitucionalidade na autoria da emenda devolveu a matéria para a Secretaria de Estado da Casa Civil, que deverá encaminhar na próxima terça-feira, dia 24, emenda de própria autoria, em regime de urgência. Os sindicatos da Intercel continuarão vigilante, pois o financiamento do BID é importante passo à manutenção da concessão e da Celesc como empresa pública.

ELETROSUL

PRIVATARIA X DEFESA DA SOBERANIA

Uma luta desigual

Enquanto os golpistas empenhados em entregar o patrimônio público controlam a mídia, massificando o discurso privatista nos principais meios de comunicação, trabalhadores e movimentos sociais se desdobram no enfrentamento. Veja a seguir uma mostra das ações das entidades representativas da sociedade e dos trabalhadores:

No campo da comunicação, os sindicatos por meio da FNU e do CNE lançaram em 12/09 a campanha "Energia Não é Mercadoria" e contrataram assessoria para a criação e divulgação nas redes sociais, do site da mobilização nacional, que já registrou o envio aos deputados e senadores, mais de 540 mil mensagens de repúdio à privatização. Campanhas com outdoors estão sendo elaboradas e aguardam ser viabilizadas. Dirigentes sindicais tem participado de diversos programas de rádio e televisão para conscientização da sociedade. Em Santa Catarina, os sindicatos confeccionaram e distribuíram centenas de camisetas e mais 40 mil panfletos em defesa da Eletrosul e Eletrobras públicas.

"FNU e do CNE lançaram a campanha "Energia Não é Mercadoria" que já registrou o envio aos deputados e senadores, mais de 540 mil mensagens de repúdio à privatização"

No campo jurídico, foram contratadas assessorias que já estão trabalhando na preparação de ações judiciais visando impedir as privatizações e a aprovação das nocivas alterações no marco regulatório do setor elétrico. A FNU já impetrou mandado de segurança contra o próprio Ministro de Minas e Energia. As assessorias trabalham ainda no municiamento de informações para os gabinetes de parlamentares no Congresso Nacional, visando constituir uma rede de apoio político contra a privatização.

No campo institucional e político, as entidades sindicais promoveram e participaram de varias ações, com paralisação do setor elétrico no dia 03/10, grandes atos de protesto no Rio de Janeiro e nas principais cidades onde estão as empresas Eletrobras já ocorreram no decorrer dos meses de setembro e outubro. No Congresso Nacional já foram realizadas diversas audiências públicas em várias comissões para debater os impactos negativos da privatização e os prejuízos para a sociedade. Dezenas de outras audiências foram realizadas nas Assembleias Legislativas de vários Estados e em diversas Câmaras de Vereadores com participação significativa de políticos, entidades sindicais, movimentos sociais e trabalhadores. Em Santa Catarina, a audiência na ALESC ocorreu no dia 04/10. A articulação política das entidades sindicais contribuiu para o lançamento da Rede Parlamentar em Defesa da Soberania Energética e Nacional, assim como o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Estas frentes constituem um dos pilares da luta a ser travada contra a Privatização.

Um outro pilar, tão fundamental quanto o pilar do apoio político, é o apoio e a contribuição da classe trabalhadora. Venha para esta luta. O Brasil precisa de nós.

TRIBUNA LIVRE

Entrega das estatais e o conto da carochinha

Por José Álvaro Cardoso

Em agosto último o governo golpista apresentou a já esperada proposta de privatização da Eletrobrás, cuja modelagem será detalhada e divulgada até o final de 2017. A Eletrobrás é constituída por centenas de empresas que atuam em todas as fases da cadeia produtiva do setor elétrico. O maior sistema de produção e distribuição da América Latina, é constituído de 233 usinas de geração de energia, seis distribuidoras, e 61 mil quilômetros de linhas de transmissão. Esse total de linhas de transmissão representa metade de tudo o que o país dispõe. Ficarão de fora da proposta de privatização as usinas nucleares de Angra, visto que que dependeria de mudança constitucional, já que a Constituição prevê que apenas o Estado seja seu controlador. Também ficou de fora a usina de Itaipu, por ser binacional (senão seria privatizada também).

Não há na proposta qualquer preocupação com melhorias no sistema, aperfeiçoamento do serviço, ou elevação da qualidade para melhor atender a população. Também não está vendendo as estatais a preço de banana em função de uma "fé cega" nas "saídas" neoliberais. A pressa dos golpistas em tomar decisões dessa envergadura, está relacionada à necessidade de fazer caixa rapidamente e ajudar a cobrir o déficit fiscal, o maior da história do país. O próprio modelo escolhido para privatizar a empresa, através de novas emissões de ações da holding, é revelador de que o objetivo principal é levantar dinheiro de forma rápida. Mesmo que isso signifique inviabilizar o futuro do país como nação.

Irão vender o Sistema Eletrobrás por algo entre R$ 20 e R$ 30 bilhões. Segundo cálculos feitos pelo engenheiro e consultor do setor, Carlos Mariz, os 48,6 mil megawatts (MW) de capacidade instalada de geração do Sistema Eletrobrás equivalem a um investimento de cerca de R$ 370 bilhões a preços atuais. Ou seja, então entregando às multinacionais mais um setor estratégico, que irá tornar o país dependente de decisões tomadas por capitalistas estrangeiros, por menos de 10% do que vale os ativos atualmente.

Essa é a orientação dos golpistas para todo o setor estatal. Estão inviabilizando, por exemplo, a Embrapa, que é referência internacional em pesquisa e tecnologia, através de seu estrangulamento financeiro e administrativo. No caso da Embrapa, o que está por trás do processo é o acesso das grandes multinacionais do setor agropecuário e florestal ao banco genético brasileiro, sob a responsabilidade da Embrapa. Este banco conserva material estratégico para a soberania nacional na pesquisa agropecuária e florestal, na pesquisa médica e farmacêutica. O banco genético é considerado o "banco central" da agricultura brasileira, pela importância que tem para a agricultura brasileira (ver o ótimo artigo de Ana Guerra: "O golpe chegou na Embrapa).

Além de representar uma queima impressionante de patrimônio público, a privatização da Eletrobrás representa uma renúncia a qualquer objetivo de soberania energética do Brasil, o que mostra a natureza antinacional e subserviente deste governo. Conforme ocorreu nas privatizações da década de 1990, o Estado irá entregar o patrimônio da Eletrobrás para as empresas privadas, na "ponta dos cascos". O governo está divulgando que, antes da privatização da Eletrobrás, irão vender suas seis distribuidoras de energia do Norte e do Nordeste, provavelmente no primeiro trimestre de 2018 (eles têm pressa). No entanto, antes de vender as distribuidoras, a Eletrobrás irá assumir os passivos dessas empresas, repassando aos capitalistas apenas o filé-mignon do sistema, como sempre ocorreu nas privatizações. A compensação disso seria a Eletrobrás manter uma fatia minoritária nessas empresas, em troca de dívidas das concessionárias com a holding Eletrobrás.

Há uma crise internacional do capitalismo e as grandes corporações multinacionais precisam remover os obstáculos para o acesso às riquezas naturais e ao filé das estatais dos países periféricos, garantindo assim seus níveis de lucros. No Brasil estão agora, novamente enganando os néscios, com a esdrúxula tese de que um golpe militar poderia interromper a desavergonhada entrega ao estrangeiro do patrimônio nacional, por um governo que bateu todos os recordes de corrupção. A tese se apoia na lenda de que os militares que vêm chantageando com o golpe, são nacionalistas. Se isso fosse verdade, já teriam se oposto desde o início em relação à entrega do pré-sal, privatização da Eletrobrás, à inviabilização do projeto de fabricação do submarino de propulsão nuclear, fundamental para proteger a Amazônia Azul, à prisão do vice-almirante Othon Silva, e à tentativa de vender terras a estrangeiros, inclusive partes da Amazônia. Ademais, sobram declarações na mídia, de militares afirmando que o governo deveria privatizar todas as estatais e, inclusive, internacionalizar a Floresta Amazônica.

José Álvaro Cardoso é economista e Coordenador Técnico do Dieese

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Amilca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

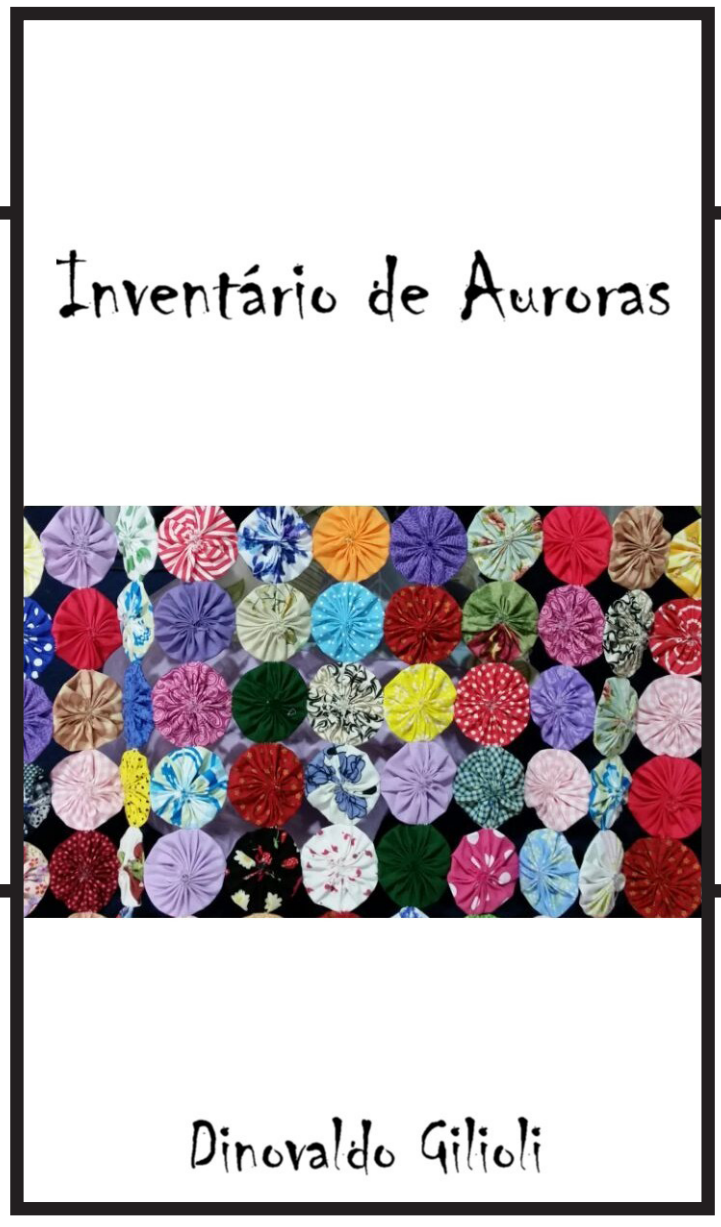
POESIA *premiada*

LIVRO INÉDITO DE DINO GILIOLI É PREMIADO EM CONCURSO LITERÁRIO

A poesia catarinense novamente ganhou destaque nos versos do poeta Dino Gilioli. O livro "Inventário de Auroras" ganhou o 3º lugar na categoria Poesia no Prêmio Miau, promovido pela editora paulista Costelas Felinas.

Colaborador assíduo do jornal Linha Viva e autor de 6 livros, Dino é aposentado da Eletrosul, onde foi Representante dos Empregados no Conselho de Administração. Como diretor de cultura do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis coordenou várias atividades artísticas/culturais, tais como o Concurso Conto e Poesia, promovido pelo Sinergia.

O livro Inventário de Auroras será publicado em 2018. Na sequência, alguns poemas que constam na obra.



" calar a palavra
cravar o silêncio "

na essência do poema "

" Dai a César o que é de César
Daí a Deus o que é Deus

Ao povo,
migalhas de novo? "

" neste testamento
deixo bem declarado

um maço de fitas
um poema inacabado "

" na sala de espera
intensa comunicação
metade no celular
outra na televisão "

" na cria
crio
a demência
(exata)
da lógica "